

Direitos humanos, Ruralidade e Gênero: o movimento social de mulheres do campo em pauta

Situado na perspectiva crítica do construcionismo social, este estudo visa contribuir com as discussões e produções a partir da Psicologia Social voltadas a ruralidade, gênero e direitos humanos. Parte da constatação que, tecer considerações sobre o movimento social de mulheres no campo mostra-se como uma ferramenta ético-política em prol da garantia dos direitos humanos. Trata-se de um recorte do projeto de tese, em desenvolvimento, intitulado Ruralidade, gênero e produção de subjetividade: um estudo interseccional com trabalhadoras rurais participantes de movimento social no Brasil. As discussões, aqui, elaboradas tem como objetivo geral compreender como se dá o processo de subjetivação de mulheres trabalhadoras rurais participantes de movimento social do campo. Foca-se na apresentação de uma revisão da literatura que delinea os estudos que envolvem os estudos de gênero, ruralidade e direitos humanos. Para obtenção dos dados utilizou-se de portais de Bases de Dados Brasileiras, entre elas BVS-PSI e CAPES, bem como de portais de Bases Internacionais, como B-On, EBSCO-Host, EBSCO A-Z e Repositório da U. Porto. Os dados produzidos apontam para os escassos estudos, a partir da Psicologia, que encadeiam discussões perpassadas por ruralidade, gênero e direitos humanos. Fato esse que denota a necessidade de ampliação de estudos e pesquisas que contemplem discussões sobre a mulher trabalhadora e seu modo de vida. Entende-se que, a compreensão de como se processa o cotidiano, a partir de uma leitura histórico-político-espacial, corrobora para que outras vozes sejam ouvidas e outras versões da história sejam levados em conta. A partir da análise, preliminar, dos dados pode-se afirmar que a maioria dos estudos volta seu foco para o estudo dos movimentos sociais, em si, deixando em segundo plano, o estudo de suas protagonistas: as mulheres. Deste modo, aponta-se o estudo da subjetividade como ferramenta elementar em Psicologia Social. Para tanto, exige-se a articulação da Psicologia com outras áreas do conhecimento, de modo a contemplar as questões do espaço e do lugar, a trajetória de vida, associadas as demarcações do contexto sócio-histórico e político como elementos potentes para a garantia dos direitos humanos das mulheres.

Palavras-chave: direitos humanos, ruralidade e gênero.